

● História, Identidade Local e Turismo: Reflexões sobre a cidade de Ilhéus - BA a partir da segunda metade do século XIX

Angye Cássia Noia (angyecassianoia@yahoo.com.br)*

Resumo

A promoção do turismo em Ilhéus, enquanto atividade econômica, é relativamente recente, datando da década de 1990 as primeiras ações significativas. Deve-se considerar, que a crise da cacauicultura foi a responsável pelo fomento dessa nova vertente, uma vez que o interesse pelo turismo surgiu como uma possibilidade de equilibrar a economia da região. Além disso, é fundamental considerar que a transição de atividades com características tão distintas não permite uma adequação imediata da dinâmica local. Nesse sentido, esse artigo tem a finalidade de evidenciar a necessidade de considerar a formação histórica e identitária da sociedade ilheense para o desenvolvimento equilibrado do turismo local. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, descritivo e analítico a fim de apresentar elementos históricos da segunda metade do século XIX até o XX que possam influenciar o desenvolvimento do turismo na cidade.

Palavras-chave: Formação do Espaço; História Local; Identidade; Cacauicultura e Turismo;

Abstract

The promotion of the tourism in Ilhéus, while economic activity, is relatively recent, dating of the decade of 1990 the first significant actions. It must be considered, that the crisis of the cacauicultura was the responsible one for the promotion of this new source, a time that the interest for the tourism appeared as a possibility to balance the economy of the region. Moreover, it is basic to consider that the transition of activities with so distinct characteristics does not allow an immediate adequacy of the local dynamics. In this direction, this article has the purpose to evidence the necessity of considering the historical and identity formation of the ilheense society for the balanced development of the local tourism. For this, a research of bibliographical, descriptive and analytical character was developed in order to present historical elements of the second half of century XIX until the XX that it can influence the development of the tourism in the city.

Key-words: Formation of the Space; Local History; Identity; Cacauicultura and Tourism;



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



Introdução

O turismo se tornou um recurso singular para o preenchimento das horas disponíveis para o lazer, bem como uma forma de relaxamento, de conhecer novos lugares, culturas e pessoas. Nesse sentido, Dias (2005) afirma que o contato intercultural, através do turismo, contribui para desmistificar a "imagem do outro". Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros.

As civilizações, desde a modernidade, podem ser facilmente interconectadas devido à facilidade de deslocamento e comunicação. Nesse sentido, o imaginário sobre a cultura do "outro", as identidades reveladas, suas hibridações e diversificações são elementos que impulsionam o lado subjetivo da demanda turística. Essa perspectiva é corroborada com o argumento de Lima (1996) citado por YÁZIGI (1996, p. 197) de que "é o homem que atrai o homem, com suas lendas, suas histórias, sua arte, sua comunicabilidade e sua afeição".

Outro argumento marcante é o de Hall (1999, p. 51) ao afirmar que "as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades". Esse viés pode ser reforçado com o argumento de Canclini (1998, p. 370) ao evidenciar que "a identidade de cada grupo não se relaciona com um único território, mas com múltiplos cenários".

Esses argumentos reforçam a necessidade de cautela no tratamento da identidade local, conjugada à sustentabilidade dos espaços cultural, social e natural utilizados para a prática do turismo. Segundo Milton Santos (1998, p. 83) "cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados

daquelas que mantêm maiores relações com as forças do presente".

É importante também observar os anseios sociais e experiências do povo; pois, segundo Castells (1999, p. 316) "em cada uma das comunidades e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, à história do território e à sua conjuntura econômica".

Esse contexto reflete o paradigma atual de desenvolvimento da atividade turística num espaço; ou seja, a preocupação com o futuro do território, da sociedade e sua reprodução devido às influências positivas e negativas em larga escala que o turismo provoca nos atrativos e no meio ambiente que os contém.

Assim, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a necessidade de se considerar a formação histórica da sociedade ilheense para o desenvolvimento do turismo local; pois, segundo Brandão (2006, p. 55-56) "toda mudança que pretendemos na polis não deve, para ser sólida, projetar-se apenas no futuro, mas também lançar-se no passado, marcando assim um retorno a sua origem, não à sua perda". O desenvolvimento dessa perspectiva está condicionado a uma abordagem histórica, a partir da segunda metade do século XIX, por ter sido nesse período que a cacauicultura apresentou maior poder de influência na organização social, econômica e política da cidade¹. Metodologicamente, foi feito o uso da pesquisa bibliográfica, descritiva e analítica.

Formação do Espaço e Construção Identitária

Segundo Ratzel citado por Corrêa (2001, p. 18) o espaço é a "base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer

*Mestranda em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC e Bacharel em Ciências Econômicas pela UESC.

¹A vila de São Jorge dos Ilhéus foi elevada à categoria de cidade em 28 de junho de 1881, pelo Governo da Bahia, devido a sua importância na economia do Estado, apesar da estrutura urbana ainda precária.

aquelas socialmente produzidas". O conceito de espaço apresentou um avanço ao ser considerado por Lefévre, citado por Corrêa (2001), como espaço de reprodução das relações sociais de produção, em contraposição ao sentido de espaço puro ou produto resultante das ações do homem.

Dando continuidade ao debate, Milton Santos desenvolveu o conceito de "formação sócio-espacial", cujo mérito está na especificação teórica de que a sociedade se realiza no espaço e é a partir desta que se pode compreendê-lo. Consequentemente desenvolveu o conceito de espaço como sendo "a soma dos resultados da ação humana sobre a terra. [...] O espaço se converte numa gama de especificações de ordem econômica, ideológica e política, isoladamente ou em conjunto" (Santos, 1997, p. 19-20).

Outra vertente expressiva da geografia humanista e cultural é a análise do lugar. De acordo com Corrêa (2001, p. 31-32), o lugar "possui um 'espírito', uma 'personalidade', havendo um sentido de lugar". O autor explicita ainda a concepção de Isnard de que o espaço vivido traduz "em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura". Avançando nessa perspectiva, pode-se conceber a cidade a partir da definição de Carlos (1999, p. 26) como sendo

um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura. [...] A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida².

Milton Santos (1997, p. 25) defende ainda que "só o estudo dos modos de produção e das formações sociais nos permitirá reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade", numa constante adaptação às novas necessidades que vão surgindo na sociedade, alterando, renovando ou suprimindo formas existentes. Segundo Santos (1997, p. 41)

as formas em si mesmas, isto é, os objetos geográficos deixam de ter um papel exclusivamente funcional. As coisas nascem já prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade destinadas a impor a idéia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, eles não têm. Seu significado é deformado pela sua aparência.

Dessa forma, os usos do espaço não devem acontecer de maneira indiscriminada. Ao contrário, é fundamental que haja acompanhamento contínuo para que se possa manter a sua essência, suas estruturas, imaginário e simbologias possibilitando a geração de resultados econômicos, sociais, culturais e políticos compatíveis com o contexto histórico vigente (SANTOS, 1997).

Deve-se considerar também que a estrutura social tem o seu papel condicionado às necessidades humanas, mais especificamente dos grupos sociais dominantes, em cada fase histórica da evolução do espaço em questão. Assim, a estrutura e seus elementos traduzem e reproduzem o todo. Mesmo que sofra renovações para adequar-se à realidade presente, mantém as raízes no passado, o que reflete a necessidade de se ter cautela ao trabalhar, no presente, formas construídas no passado; pois, cada uma apresenta um ritmo de mudança e de tratamento específico, além de ser um componente da identidade das pessoas que constroem o lugar.

²Brandão (2006, p. 61) reforça essa concepção ao afirmar que "a cidade é o lugar doador de sentido à existência individual [...] onde o indivíduo se reconhece dentro de uma tradição, conquista uma identidade, se reconhece e se constitui como um eu a dialogar com um outro".

A complexidade no trato da identidade de um lugar³ pode ser bem explicitada a partir da seguinte argumentação de Castells (1999, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

A identidade é, segundo Castells (1999, p. 22), "a fonte de significado⁴ e experiência de um povo". Sua construção provém de variados atributos culturais inter-relacionados; o que, de certa forma, cria um cenário de tensão, pois, o indivíduo passa a confrontar-se, subjetivamente, com múltiplas identidades.

Sendo as identidades coletivas construídas num contexto social, a partir de uma memória oficial⁵, dominante (POLLAK, 1989) seu conteúdo simbólico resulta de relações de poder (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, alguns grupos são marginalizados e como forma de defesa cultivam memórias subterrâneas, ou seja, suas referências enquanto indivíduo.

Seguindo essa perspectiva, utilizar-se-á três segmentos identitários estabelecidos por Castells (1999): identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

. Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...].

. Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e

sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].

. Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24).

Dessa forma, pode-se argumentar que cada formação social tem sua dinâmica de relações combinada ao processo de construção identitária. Provém desse cenário a dificuldade em compatibilizar interesses divergentes dos diversos grupos sociais. Soma-se a isso, segundo Le Goff (1990), o afloramento de fatos passados, através da memória, que impactam as relações presentes entre os indivíduos.

Compreendendo a História Local para Desenvolver o Turismo

Legado Histórico: aspectos políticos e sociais

A sociedade ilheense teve seu imaginário, memória e identidade fortemente influenciada pela cacauicultura. A perpetuação, características e importância dessa atividade na economia local ditou a construção da memória coletiva, bem como da memória étnica, que, segundo Le Goff (1990, p. 425), "assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas".

Segundo Ribeiro (2001), a memória coletiva da sociedade foi construída a partir da formação histórica, da literatura documentada e da retórica política das elites do cacau (aristocratas e emergentes). Duas versões míticas foram criadas para a fundamentação da história regional de pujança da cacauicultura no final do século

³Utiliza-se a expressão "identidade de um lugar" com base na premissa de que o lugar é reflexo da realização da sociedade e só existe através desta, recebendo um significado.

⁴Castells (1999, p. 23) define "significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator".

⁵A memória oficial ou coletiva é formada através de três pilares: "idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa" (LE GOFF, 1990, p. 431).

e início do XX, que legou a Ilhéus o título de terra dos frutos de ouro e "Princesinha do Sul".

Os Pessoístas, que formavam a elite de novos ricos, cujo representante era o Coronel Antônio Pessoa, defendiam que o desenvolvimento da terra era resultado da ação dos desbravadores. Os Adamistas, representantes da elite tradicional, cujo expoente era o Coronel Adami Sá, impunham, em contrapartida, a imagem e poder dos coronéis na construção de Ilhéus. As origens dos Pessoístas variavam entre os afro-brasileiros, índios, descendentes de portugueses e de outros europeus. A família Sá provinha da elite colonial educada em Coimbra, principalmente, e envolvida no processo de independência do país, ocupando cargos no governo imperial.

Com a intenção de legitimar o poder econômico, político e o prestígio social, foi iniciado, no início do século XX, um processo de urbanização característico, uma vez que os coronéis começaram a construir palacetes (símbolo de *status* na região) e prédios comerciais com aspecto arquitetônico europeu⁶. A renovação urbanística resultou da busca pela modernização do espaço como forma de apagar as imagens passadas.

As disputas continuaram se acirrando e a elite tradicional mantendo a resistência e discriminação quanto à ascensão dos novos ricos ao poder municipal. Em 1901, os Pessoístas fundaram a Gazeta de Ilhéus e taxaram, num embate político, os Adamistas como um clã feudal escravocrata. O coronel Pessoa assumiu o papel de defensor dos pequenos lavradores, órfãos e viúvas em prol do progresso municipal visando arregimentar os grandes fazendeiros da mesma origem. O argumento Pessoísta de "classe produto do próprio esforço" adequava-se ao projeto político republicano.

O coronel Antônio Pessoa encomendou trabalhos sobre a região que serviam para reforçar seu argumento político. O estudo

histórico do período apresenta distorções em prol da supremacia ideológica do Pessoísmo. Em 1936/37, foi lançada a obra "Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus", do historiador baiano Silva Campos, que referendou a colaboração das famílias aristocratas (Adamistas - elite tradicional) na construção da economia cacauceira, tomando como período de análise a segunda metade do século XVIII e final do XIX. Entretanto, não houve interesse da nova geração de tradicionalistas em diferenciar a história do mito de formação da região cacauceira. As obras de Jorge Amado e Adonias Filho, por exemplo, acompanham a visão Pessoísta da formação de Ilhéus.

Essa duplicidade ideológica foi direcionada também para a economia e a política, gerando disputas por títulos e poder. De acordo com Falcon (1995, p. 99) "ter a intendência significava controlar as máquinas administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática".

Em 1912, os Adamistas perderam o controle de Ilhéus para os Pessoístas, com a ascensão de J. J. Seabra ao Governo da Bahia, evidenciando o poder político e social desse segmento em Ilhéus. Os Adamistas só retornaram ao poder em 1930, quando Eusíbio Gaston Lavigne foi empossado prefeito municipal, enfatizando o discurso político da "Bahia para os baianos", seguido da união de antigos rivais políticos, Adamistas e Pessoístas, que passaram a se denominarem "autonomistas".

Pode-se afirmar que os responsáveis pela economia cacauceira construíram a sociedade ilheense de forma desmembrada, excludente, sem visão política progressista, por ter sido permanentemente guiada pelo clientelismo, reciprocidade e exploração. Nesse sentido, pode-se retomar as duas tipologias identitárias descritas por Castells (1999), a identidade legitimadora e de

⁶Sofreram esse tipo de influência porque mantinham relações comerciais diretas com os estrangeiros, responsáveis pelas casas exportadoras. A elite da cacauicultura importava diversos produtos, mandavam seus filhos para estudarem em Portugal; da região só usufruíam de produtos primários. Essa preocupação era ainda mais exacerbada para os coronéis emergentes, somando-se a necessidade de educação formal das novas gerações (RIBEIRO, 2005).

resistência, e explicar as relações sociais daí provenientes. No primeiro segmento estariam incluídos os coronéis, exportadores e grandes comerciantes. No segundo, os cortadores de cacau e todos os demais segmentos sociais sem poder de ingerência nos acontecimentos sociais.

Esse contexto reflete o distanciamento dos atores sociais, fundamental para os coronéis manterem seu domínio político, econômico e social no contexto da cacauicultura; doravante, a longo prazo e para atividades que exijam agregação de todos os atores sociais, as identidades construídas a partir da cacauicultura tornar-se-iam impróprias à sociedade. Nesse sentido, buscar uma identidade de projeto permitiria que os indivíduos visualizassem os acontecimentos, o espaço e seu papel no mesmo.

Da Cacauicultura ao Turismo?

Freitas e Paraíso (2001) argumentam que o interesse na cacauicultura estava baseado, a partir de 1860, na potencialidade de inserir a região no circuito internacional, uma vez que os produtores tiveram acesso a novas mudas, o Forasteiro e o Pará, mais resistentes e que podiam ser plantadas mais ao interior.

Essa atividade poderia se configurar numa solução para o balanço de pagamentos da província através das exportações, bem como absorveria a força de trabalho proveniente das zonas açucareira, algodoeira e pecuarista. Numa escala maior de interesses, a política do Governo da Província e das elites econômicas de escoamento de grandes contingentes populacionais para a zona cacauera representou uma solução econômica, social e política, ou seja, geraria renda a partir de um modelo agrícola primário exportador, alocaria a mão-de-obra ociosa e reprimiria, nas zonas em decadência, os conflitos que poderiam acarretar a desestruturação do modelo de dominação das terras. Os argumentos ideológicos que estimularam o

adentramento contingencial em uma região inóspita foram a possibilidade do progresso individual e a fuga da subserviência.

Após a consolidação da cultura na região, no final do século XIX (RIBEIRO, 2001), os proprietários de fazendas de cacau passaram a lidar com o problema da dependência dos intermediários das casas comerciais. A sociedade local passou a ter seu ritmo ditado pelas necessidades do mercado externo. A política governamental também seguiu essa vertente, pois, as obras de infra-estrutura eram sempre voltadas não para o benefício da comunidade local e do mercado interno, mas para facilitar e tornar mais eficiente o processo de escoamento da produção, o que levou à construção do porto de Ilhéus⁷ e da ferrovia Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista.

A história da cacauicultura na região pode ser sintetizada em cinco ciclos.

No primeiro ciclo, de 1746 a 1820, aconteceram fracassadas tentativas de colonização e penetração portuguesas para além do litoral [...]; no segundo, de 1820 a 1895, os desbravadores conquistam a selva a fogo, pólvora e machado [...]; no terceiro, de 1895 a 1930, o cacau torna-se a base econômica do sul da Bahia e em 1930 o Brasil é um dos maiores produtores mundiais⁸; de 1930 a 1957 configura-se o quarto ciclo. Em 1930 o cacau é a 2ª fonte de divisas para o país e em 1957 começam a aparecer os primeiros sintomas de estagnação e declínio de sua economia (AVENA, 2002, p. 71).

As crises cíclicas apareceram gradativamente devido a diversos fatores: a valorização, na política nacional, dos profissionais liberais na década de 1930; a ênfase nas ações estratégicas de curto prazo, desconsiderando-se as de longo prazo, responsáveis pela manutenção da prosperidade do setor produtivo no mercado; pela falta de eficiência e eficácia

7O porto de Ilhéus chegou a ser o quinto colocado a nível nacional, exportando 98% da produção nacional de cacau (AVENA, 2002).

8O Brasil ocupava o 2º lugar na produção mundial, perdendo para Gana (África do Sul).

empresarial com vistas ao desenvolvimento regional; "o cansaço do solo, a falta de assistência técnica geral e financeira, a ineficiência do sistema bancário, a inflação e a flutuação dos preços" (AVENA, 2002, p. 78), crescimento exacerbado da oferta; ocorrências *phito-botânicas* como a podridão parda (*Citofora palmivora*) e a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso*), responsável pela derrocada da elevada produtividade das lavouras (1989). No intuito de reverter as crises foram criados o ICB - Instituto do Cacau na Bahia (1931) e a CEPLAC - Comissão de Estudos para a Lavoura Cacaueira (1957).

A atividade cai a níveis antieconômicos porque os preços nos mercados internacionais estão muito baixos. A tecnologia para sustentar o seu desenvolvimento é insuficiente, o crédito é caro e escasso. Predomina a lavoura extensiva, infestada de doenças e pragas. Os agricultores endividados, sem recursos ou estímulos são levados ao desânimo, muitos ao abandono do cultivo. O cacau era um produto problema, uma cultura sem perspectiva (TOSTA FILHO, citado por GARCEZ, 1985, p. 4).

Avena (2002) ao interpretar Guerreiro de Freitas (1992) afirma que os coronéis e seus filhos não se preocupavam com o futuro da produção do cacau, interessavam-se apenas nos benefícios provenientes dele, facilitando o alastramento da crise econômica e social, uma vez que muitos dos sonhos e promessas não foram realizados, a exemplo dos migrantes que continuaram no processo de servidão e da concentração e centralização dos lucros provenientes da economia cacaueira.

Assim surge a sociedade grapiúna como um modelo patriarcal que historicamente se insere na formação brasileira. A sociedade cacaueira foi formada por um conjunto bastante heterogêneo de sujeitos: pelos habitantes locais, os indígenas, pelos sertanejos dos quais muitos se

tornaram coronéis de cacau, pelos migrantes de outras regiões e pelos imigrantes estrangeiros (AVENA, 2002, p. 72).

Diante da agudização da conjuntura negativa da região, passou-se a cogitar, significativamente, a partir da década de 1990, a necessidade de outras atividades que contribuíssem com a economia local e que pudessem ser desenvolvidas a partir das potencialidades do município, fazendo com que o interesse em promover o turismo ganhasse respaldo junto aos gestores e empresários locais.

Segundo Moesch (2002, p. 134), trabalhar o turismo é uma tarefa complexa pelo fato de ser um campo de "práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, em busca do prazer".

Xavier (2007, p. 69) ressalta que "diante dos poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, as pessoas absorvem a atividade, mas permanecem sem saber o que fazer". Nesse sentido, é preciso que o setor público desenvolva um planejamento de longo prazo capaz de determinar "medidas quantitativas que conduzirão à qualidade ideal do produto turístico, que interessa tanto à população residente quanto aos turistas" (RUSCHMANN, 1997, p. 163).

Como a organização da sociedade local resulta da influência concreta dos modos de produção; pois, "o espaço é uma acumulação de tempos" (SANTOS, 1979, p. 42), apreende-se que o desenvolvimento adequado do turismo na cidade de Ilhéus depende de um reconhecimento profundo da história e das identidades construídas, bem como das novas representações.

Maximiano (2006, p. 383) evidencia a indispensabilidade de compreender a cultura local uma vez que esta "representa a 'moldura' através da qual os fatos, objetos e pessoas são interpretados e avaliados", além de propiciar ao turismo cultural maior autenticidade; pois, a agregação de valores estaria diretamente vinculada ao sentido do lugar. Nesse caso, Ilhéus apresenta um cenário complexo devido à rotina social, política e econômica da cidade ditada pelos coronéis do cacau por décadas.

Não fazia parte do cotidiano social a busca por interesses da coletividade, tampouco cooperação entre os agentes. O coronelismo, de caráter separatista, gerou um distanciamento relevante entre exploradores e explorados, individualidade e falta de hospitalidade. Pode-se dizer que os habitantes acostumaram-se à não-participação nas questões locais já que não tinham poder de voz e de decisão, refletindo o fato de que a combinação de "vícios" culturais entrava o desenvolvimento equilibrado e de longo prazo do turismo numa localidade.

Considerações Finais

Pensar na promoção local de um turismo harmonioso implica, necessariamente, a busca do equilíbrio entre a cultura local, o ambiente, a população autóctone, os turistas, o setor governamental, não-governamental e o privado, o que reflete a complexidade na forma de abordar e promover esse tipo de serviço.

A sociedade ilheense esteve calcada por longo período na cacauicultura e ainda apresenta resquícios de sua influência massiva no patrimônio material e imaterial, economia, costumes e tradições. Outro fator a ser levado em consideração é se a comunidade já se encontra madura no sentido de enxergar novas possibilidades de desenvolvimento local integrado e de participação ativa nos direcionamentos de sua realidade.

Nesse sentido, levar em consideração a dinâmica local, a formação histórica da cidade (aspectos sociais, econômicos e políticos) e a identidade da população autóctone faz com que sejam identificados elementos intra e inter-relacionados ao processo de desenvolvimento turístico.

Assim, o retorno ao passado clarificaria as origens, motivos de representações e costumes do momento presente. Muito se questiona sobre a inexpressiva alavancagem do turismo na região. Apesar de ser patente a ineficiência e ineficácia do setor público e o despreparo profissional dos agentes que compõem o trade, aventar sobre hábitos e pré-conceitos historicamente construídos pode munir os gestores de informações que colaborem na reestruturação da atividade; pois, não surte efeito captar recursos, desenvolver políticas, profissionalizar o capital humano e não ter uma sociedade engajada ao processo.

Afinal, o turismo exige o contato direto com o espaço e essa tem sido uma das vertentes que tem estimulado a subjetividade da demanda turística. O resgate histórico não deve, entretanto, ser restringido à identificação de entraves, mas também de potencialidades que venham a estimular e reforçar o sentimento de pertença da população, fazendo com que valorizem seu espaço, exijam melhorias constantes e contribuam para a ampliação do significado e qualidade dos diversos tipos de turismo praticados na cidade.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: USP, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A Natureza da Cidade e a Natureza Humana. In: _____. (Org.). As Cidades da Cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

- CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTELLS, Manuel: O Poder da Identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPLAC. Produção Baiana de Cacau. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm>. Acesso em: 21 jun. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2005.
- FREITAS, Antônio Guerreiro de. Os donos dos frutos de ouro. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1977.
- FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARÁISO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul - Ilhéus, 1534 - 1940. Ilhéus: Editus, 2001.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. CEPLAC de corpo e alma. Ilhéus: CEPLAC, 1985
- GARCEZ, Angelina N. R.; FREITAS, Antonio Guerreiro. Bahia Cacaueira: um estudo recente. Salvador: UFBA, 1979.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOESCH, Marutschka. A Produção do Saber Turístico. São Paulo: Contexto, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: _____. Viagem Incompleta: 1500-2000, a experiência brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.
- PESSÔA, Mário de Castro. O Coronel dos Coronéis: Antônio Pessoa de Costa e Silva. Ilhéus: Nova Idéia, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. ESTUDOS HISTÓRICOS. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.
- RIBEIRO, André Luis Rosa. Representação Histórica e Mito. In: _____. Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.
- _____. Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2005.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas - SP: Papirus, 1997.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 67 p.
- VIEIRA, Jorge Raymundo. Idéias e Idealismos no Mundo do Cacau. Ilhéus: Editus, 2000.
- VINHÁES, José Carlos. São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX. Ilhéus: Editus, 2001.
- XAVIER, Herbe. A percepção Geográfica do Turismo. São Paulo: Aleph, 2007.
- YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). Turismo: espaço paisagem e cultura. São Paulo, Hucitec, 2002.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	28-fev-2007
Envio ao parecerista:	10-jul-2007
Recebimento do parecer:	29-jul-2007
Envio para revisão do autor:	08-ago-2007
Recebimento do artigo revisado:	08-ago-2007
Aceite:	08-ago-2007